



Prefeitura Municipal de Paranaguá
Secretaria Municipal de Urbanismo

Certidão de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

Nº 064/2020

Processo Nº 13978/2020

DETALHES DA CERTIDÃO

- Esta certidão tem caráter meramente informativa;
- Esta certidão não serve como licença e nem autorização para uso e ocupação;
- Esta certidão não exime o requerente de obter as demais anuências municipais, estaduais e/ou federais exigidas;
- Esta certidão somente tem validade para fins de licenciamento ambiental perante o órgão ambiental Estadual e Federal, se acompanhado do Termo de Anuência Prévia Municipal – TAP emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

DADOS DO EMPREENDIMENTO

Empreendedor: Porto Guará Infraestrutura SPE S/A

CNPJ/CPF: 32.787.154/0001-61

Empreendimento: Porto Guará Infraestrutura SPE S/A

Atividade: Terminal Portuário Multipropósito

Endereço: Estrada Fazenda Areia Branca, s/n

Bairro: Embocuí

CEP: 83.200-000

Telefone: (41) 99207-2501

TEOR DA CERTIDÃO DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

De acordo com a L.C. 62/2007 o imóvel com Cadastro Imobiliário Rural nº 171522, objeto das matrículas nº 58.589, 58.587, 58.590, 58.588, 58.591, está localizado na **ZIEP (Zona de Interesse para Expansão Portuária)**. A atividade de **Terminal Portuário Multipropósito**, devido sua natureza classifica-se como Comércio e Serviço geral. Quanto a adequação ao zoneamento, uso e ocupação do solo o empreendimento é **PERMITIDO**.

Demais Observações:

- Deverão ser respeitadas as possíveis ZRO (Zona de Restrição a Ocupação), conforme §1º do Art. 58 da Lei Complementar nº 62/2007.
- Empreendimento sujeito a apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, conforme Lei Complementar 2822/2007.

- Para ocupação deverá ser atendida o disposto no Parágrafo Único do art. 41 da Lei Complementar 62/2007.
- Deverá atender o disposto na Lei Complementar 66/2007 quanto ao parcelamento do solo.

CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO Processo nº 13978/2020

Endereço: Estrada Fazenda Areia Branca, s/n

Zoneamento municipal: ZIEP (Zona de Interesse para Expansão Portuária)

Bairro: Embocuí

CEP: 83.200-000

Cidade: Paranaguá

Estado: Paraná



Paranaguá, 25 de junho de 2020


KOITI CLAUDIO TAKIGUTI
Secretário Municipal de Urbanismo

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PROCESSO: 10120.006455/0919-10
CNPJ: 32.787.154/0001-61
INTERESSADA: PORTO GUARA INFRAESTRUTURA SPE S/A
ASSUNTO: Manifestação prévia

Sr. Delegado,

A empresa PORTO GUARÁ INFRAESTRUTURA SPE S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Iguaçu, nº 2820, Conjunto 504, Água Verde, CEP: 80.240-031, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 32.787.154/0001-61, cujos sócios proprietários são titulares do imóvel privado situado no lugar denominado EMBOGUASSÚ, no município de Paranaguá – PR, apresenta projeto portuário para a construção de um novo Terminal de Uso Privativo – TUP, no município de Paranaguá – PR, em fase inicial de licenciamento prévio e demais autorizações.

O empreendimento trata-se de um Terminal Portuário Multipropósito na forma de um condomínio, onde serão realizadas operações de exportação e importação, como movimentação de contêineres, armazenamento e movimentação de graneis líquidos, armazenamento e movimentação de graneis sólidos vegetal e mineral, além do recebimento e expedição de cargas diversas.

O interessado acima solicita a manifestação desta Alfândega para que possa encaminhar os demais trâmites aos órgãos intervenientes, principalmente à ANTAQ (Resolução nº 3.290, de 13 de fevereiro de 2014), tendo a ciência que a solicitação de alfundegamento se dará após o licenciamento prévio e seguirá os requisitos estabelecidos na Portaria RFB nº 3518, de 30/09/2011.

A Comissão de Alfandegamento, em princípio, nada tem a se opor quanto ao pleito da interessada, relativo ao encaminhamento dos demais trâmites aos órgãos intervenientes, principalmente à ANTAQ em cumprimento da Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, sem prejuízo da competência autorizativa de outros órgãos da administração pública aos quais esteja sujeita.

Entretanto, ressaltamos que, por ocasião do pleito formal de alfundegamento do referido terminal, a interessada deverá cumprir os requisitos legais que regem a matéria.

Encaminhe-se ao Gabinete para análise pelo Sr. Delegado.

Paranaguá, 06 de novembro de 2019.

NOME	MATRÍCULA	ASSINATURA
Didio Pinheiro da Silva	057455	<i>assinado digitalmente</i>
Augusto Titze de Almeida	0601107	<i>assinado digitalmente</i>



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



De Acordo.

Informo que esta Alfândega em princípio, nada tem a se opor quanto ao pleito da interessada, relativo ao encaminhamento dos demais trâmites aos órgãos intervenientes, principalmente à ANTAQ em cumprimento da Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, sem prejuízo da competência autorizativa de outros órgãos da administração pública aos quais esteja sujeita.

Cientifique-se o interessado.

assinado digitalmente

Gerson Zanetti Faucz

Delegado da Receita Federal em Paranaguá/PR



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por AUGUSTO TITZE DE ALMEIDA em 07/11/2019.

Documento autenticado digitalmente por AUGUSTO TITZE DE ALMEIDA em 07/11/2019.

Documento assinado digitalmente por: GERSON ZANETTI FAUCZ em 07/11/2019, DIDIO PINHEIRO DA SILVA em 07/11/2019 e AUGUSTO TITZE DE ALMEIDA em 07/11/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por PORTO GUARA INFRAESTRUTURA SPE S/A em 14/01/2020.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Outros".

3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP14.0120.14361.8Q3Y

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
DEBFB034AA3C2B58802656F1FEBF3094466361DB8DD08A7B63F77AEC6BD761AC

Em tempo**Secretaria da
Administração e da Previdência****COMUNICADO
PROPOSTA DE DOAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE
INFRAESTRUTURA**

Nº. do Protocolo: 16.134.950-0

Doadora: PORTO GUARÁ INFRAESTRUTURA SPE S/A, CNPJ-MF
n.º 32.787.154/0001-61

Donatário: ESTADO DO PARANÁ, CNPJ-MF n.º 76.416.940/0001-28

Avaliação do Recebimento da Doação: Comissão instituída pela Resolução Conjunta nº. 2/2020 – SEFA/SEAP/PGE, representados pelos seus Membros Rafael Lenz Carriel (SEFA), RG nº. 9.843.066-0, Altair Freire (SEAP), RG nº. 4.102.985-4, e Paulo Roberto Glaser (PGE), RG nº. 5.228.445-7.

Objeto: Doação sem ônus ou encargos, pela Doadora, de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental (EVTEA) para a implantação de Acessos Rodoviário e Ferroviário e Obras de Arte Especiais, na Área de Interesse de Expansão Portuária – ZIEP, localizada em Paranaguá, às margens do Rio Emboguassú.

Fundamentação Legal: Decreto Estadual nº. 2548, de 26 de agosto de 2019.

Comunicado: fixa-se o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para eventuais manifestações de outros interessados em doar estudo e projeto similar; ou, ainda, para eventual impugnação à proposta apresentada.

Curitiba, 28 de julho de 2021.

117711/2021

**Central de atendimento ao cliente - CAC**

A central de atendimento ao cliente - CAC, foi criada visando o atendimento a todos os usuários do sistema de publicações oficiais (ImprensaNet), seja ele vinculado ao governo estadual, prefeitura ou usuário particular.

Dúvidas quanto ao procedimento de envio e consulta de matérias, pagamentos e cópias autenticadas, podem ser sanadas de forma rápida e clara.

41 3200 5002

Atendimento de segunda a sexta das 7h às 19h

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Of. n° 375/GS

Curitiba, 16 de maio de 2019.

Ref.: Projeto Conceitual – Terminal Portuário Multipropósito de uso privado a ser implantado em Paranaguá-PR.

Prezados Senhores,

Recebemos o Ofício n° 03/2019, dessa empresa Porto Guará Infraestrutura SPE S/A, solicitando manifestação desta Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL para o empreendimento proposto, mesmo preliminar, asseverando o interesse em firmar “Protocolo de Intenções” para doação de estudos e projetos dos acessos rodoviários e ferroviários, compatível e aderente ao plano de desenvolvimento e expansão das atividades e oferta de serviços portuários no litoral do Paraná.

Em atenção ao referido expediente, esta Secretaria encaminha a Vossas Senhorias cópia da Informação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, constante na folha 9, por meio da qual a APPA manifesta-se sobre o assunto.

Atenciosamente,

Sandro Alex
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Aos Senhores
Clifton Jacques Renck - Diretor
Xenia Arnt - Diretora
Porto Guará Infraestrutura SPE S/A
Nesta Capital
Prot. Digital 15.644.165-1/2019
AL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PRESIDÊNCIA

PROTOCOLO nº 15.644.165-1.

INTERESSADO: PORTO GUARÁ INFRAESTRUTURA SPE S/A

ASSUNTO: Apresenta interesse em firmar protocolo de intenções para doação de estudos e projetos dos acessos rodoviários e ferroviários compatível ao plano de desenvolvimento e expansão das atividades e oferta de serviços portuários no litoral do Paraná.

A
SEIL / Diretoria Geral

Em atenção à solicitação desta Diretoria Geral da Secretaria de Infraestrutura e Logística, temos a informar que esta APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, já havia sido consultada acerca proposta para implementação de novo Terminal Portuário, através do protocolo 15.484.907-6, encaminhando resposta através do Ofício nº 054/2019 – APPA/EP.

Desta forma, seguem as considerações apontadas no Ofício acima mencionado:

1)Que o empreendimento atende as premissas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá –PDZ;

2)Que a oferta de serviços, a que se propõe o terminal projetado, que é a de multipropósito, ou seja prestar serviços na movimentação de cargas nas modalidades de graneis sólidos, líquidos e na de contêineres;

3)Que esse multipropósito proposto, atende às projeções de cargas que são estimadas para o Porto de Paranaguá;

4)Que, diante do analisado, esta Autoridade Portuária entende que o empreendimento pretendido e a nós exposto de forma preliminar, demonstra compatibilidade e aderência ao PDZ no quesito de desenvolvimento e expansão das atividades e ofertas de serviços portuários em Paranaguá, devendo, para tanto colher as anuências e atender os requisitos, dos demais órgãos estaduais e federais, envolvendo licenças e autorizações necessárias para o devido e regular andamento do processo.

Retornamos o presente com as constantes informações.

Atenciosamente,

(Documento assinado eletronicamente)
LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União no Paraná
Núcleo de Destinação Patrimonial

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEL DA UNIÃO E
DISPONIBILIDADE DE ESPAÇO FÍSICO EM ÁGUAS PÚBLICAS**

PROCESSO: 10154.117636/2019-16

INTERESSADO: PORTO GUARÁ INFRAESTRUTURA SPE S/A

O Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, DECLARA, a pedido da parte interessada e em face do que dispõe o art. 23 da Portaria SPU nº 7.145, de 13 de julho de 2018, que o imóvel caracterizado como TERRENO DE MARINHA E ACRESCIDO, situado no Lugar denominado Emboguaçu - Paranaguá – PR, encontra-se REGULARMENTE inscrito nesta Superintendência em regime de OCUPAÇÃO sob Registro Imobiliário Patrimonial - RIP nº 7745.0000044-08, em nome de **PORTO GUARÁ INFRAESTRUTURA SPE S/A** – CNPJ 32.787.154/0001-61.

DECLARA, ainda, que EXISTE DISPONIBILIDADE DE ESPAÇO FÍSICO EM ÁGUAS PÚBLICAS contíguo ao imóvel citado, dentro da projeção dos limites laterais do terreno e NÃO EXISTEM ÓBICES por parte desta Superintendência em relação ao desenvolvimento dos projetos e obtenção de licenças e autorizações relativos ao empreendimento náutico denominado TERMINAL DE USO PRIVADO – TUP para este espaço.

A presente declaração não dispensa a necessidade de formalização de processo visando a Cessão de Uso de Espaço Físico em Águas Públicas junto à SPU, conforme determina a Portaria SPU nº 404, de 28 de dezembro de 2012.

JEAN DOLINSKI

Superintendente do Patrimônio da União no Paraná

Esta declaração não é válida para transferência e registro de imóvel junto aos cartórios, órgãos públicos e instituições financeiras.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Paulo Dolinski, Superintendente**, em 23/07/2021, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17426399** e o código CRC **86BABC90**.

Guaramirim, 27 de junho de 2019

TP/DDT/DTSSPCO/SUL/DTS/MNF 0019/2019

Sr. Gabriel Raad
Laguna Propriedades Ltda.
Avenida Iguaçu, nº 2820 - Conj. 2101 - Sala 02
Bairro Água Verde - Curitiba/PR - CEP 80.040-231

(c/c. Porto Guará Infraestrutura SPE S/A
Sra. Xenia Karina Arnt - Diretora
Avenida Iguaçu, nº 2820 - Sala 504 - Edifício Comercial
Bairro Água Verde - Curitiba/PR - CEP 80.040-231)

Assunto: ITSUL 2806/19 - Resposta à solicitação de anuência

Referência: Ofício nº 05/2018 (18/12/2018)
Carta TP/DDT/DTSSPCO/SUL/DTS/MNF 07/2019

Prezado Senhor,

Em atenção à sua solicitação de anuência da TRANSPETRO para viabilizar o desenvolvimento dos projetos e o licenciamento ambiental do empreendimento PORTO GUARÁ, a localizar-se no município de Paranaguá/PR, na localidade de Emboguassú, que atingirá a Faixa de Dutos OLAPA, aproximadamente entre os quilômetros 90+027 e 90+477, informamos o seguinte:

- A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), através do Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para a Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural (RTDT) e da portaria da ANP nº 125, de 05.08.2002, imputa à TRANSPETRO a obrigação de analisar e aprovar PREVIAMENTE projetos de obras que venham a interferir com nossas áreas, ou acompanhá-los, quando realizados nas adjacências das faixas de dutos sob nossa responsabilidade, a fim de que estes não representem risco às nossas instalações.

No caso em tela, a TRANSPETRO não fará oposição à realização do referido empreendimento, e informa que tal processo já encontra-se cadastrado em nossas bases de dados sob código ITSUL 2806/19, contudo, antes da anuência final, será fundamental a análise de todas as intervenções que a LAGUNA PROPRIEDADES LTDA ou o PORTO GUARÁ venham a promover junto à nossos equipamentos. A anuência final será oficializada mediante assinatura de instrumento formalizador, previamente à execução dos serviços, atendendo, desta forma, às determinações legais da ANP supracitadas e seguindo o procedimento interno PE-1TP-00063: **INTERFERÊNCIA DE TERCEIROS EM FAIXAS DE DUTOS SOB**

RESPONSABILIDADE DA TRANSPETRO.

Cumpre-nos reforçar que intervenções sobre as faixas de dutos ou em suas adjacências, quando realizadas sem a prévia avaliação e autorização da empresa responsável pela instalação, podem resultar em acidentes com danos pessoais, à comunidade de entorno e ao meio ambiente, recaindo sobre o executante a responsabilidade pelo ato.

Respeitosamente,



Marcelo Luvilson Rigo
Eng. Geotécnico Pleno
Matrícula: 7291-1

Guilherme Licodiedoff Cordeiro
Gerente Setorial de Manutenção de Faixa do Sul

Anexo(s): Ofício 05.2018 - Transpetro.pdf



EXTRATO DE HABILITAÇÃO

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, nos termos do art. 8º e seguintes da Lei nº 12.815 de 5 de junho de 2013, e do art. 29 e seguintes do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, consoante o disposto no Instrumento Convocatório de nº 07/2020, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 24 de novembro de 2020, comunica ao público em geral que, após a análise dos documentos apresentados pela empresa interessada, julgou habilitado o projeto da empresa abaixo para construção e exploração de terminal de uso privado, cujo processo 50300.004329/2020-95 seguirá para a fase de análise da viabilidade locacional.

Empresa Habilitada					
	Empresa (razão social)	Município	UF	Anúncio Público	Modalidade
01	Porto Guará Infraestrutura SPE S/A	Paranaguá	PR	07/2020	TUP

Legenda: TUP -Terminal de Uso Privado

ALBER VASCONCELOS

Superintendente de Outorgas



Documento assinado eletronicamente por **Alber Furtado de Vasconcelos Neto, Superintendente de Outorgas**, em 09/03/2021, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1269663** e o código CRC **05F4DB2C**.



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PRESIDÊNCIA

Ofício n.º 054/2019-APPA/EP

Paranaguá-PR, em 1º fevereiro de 2019.

Prezados Senhores,

Em resposta ao Ofício n.º 01/2018, protocolado nesta Administração sob o n.º 15.484.907-6, onde V.Sas. solicitam a manifestação desta Autoridade Portuária, com relação a compatibilidade e aderência de novo empreendimento a ser implantado pela empresa SERENATA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, na região do Emboguaçu, na modalidade de Terminal de Uso Privado -TUP, após manifestação do NUCLEO DE ARRENDAMENTOS da APPA e com base nos marcos legais pertinentes, temos a expressar:

- 1) Que o empreendimento atende as premissas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá –PDZ;
- 2) Que a oferta de serviços, a que se propõe o terminal projetado, que é a de multipropósito, ou seja prestar serviços na movimentação de cargas nas modalidades de graneis sólidos, líquidos e na de contêineres;
- 3) Que esse multipropósito proposto, atende às projeções de cargas que são estimadas para o Porto de Paranaguá;
- 4) Que, diante do analisado, esta Autoridade Portuária entende que o empreendimento pretendido e a nós exposto de forma preliminar, demonstra compatibilidade e aderência ao PDZ no quesito de desenvolvimento e expansão das atividades e ofertas de serviços portuários em Paranaguá, devendo, para tanto colher as anuências e atender os requisitos, dos demais órgãos estaduais e federais, envolvendo licenças e autorizações necessárias para o devido e regular andamento do processo.

Atenciosamente,

(Documento assinado eletronicamente)
LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

À
SERENATA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA e,
LAGUNA PROPRIEDADES LTDA
Avenida João Bettge nº 5.700 – Cidade Industrial de Curitiba-CIC
CEP: 81.350-000 - Curitiba-PR



COPEL
Distribuição



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

INFORMAÇÃO DE ACESSO Nº 014/2019

Porto Guará
nova UC

138 kV

31 de julho de 2019

DGNT

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. INFORMAÇÕES	2
2.1. <i>DA unidade consumidora</i>	<i>2</i>
2.2. <i>DO SOLICITANTE.....</i>	<i>2</i>
2.3. <i>LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA.....</i>	<i>3</i>
3. ALTERNATIVAS ANALISADAS.....	3
3.1. <i>Circuito expresso em 138 kV até a subestação Posto Fiscal 230 kV</i>	<i>4</i>
3.1.1. <i>ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS ATIVOS DE CONEXÃO</i>	<i>4</i>
4. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	5
5. OBSERVAÇÕES	5
6. RESPONSABILIDADE PELOS ATIVOS DE CONEXÃO	8
6.1 <i>RESPONSABILIDADE PELOS CUSTOS DOS ATIVOS DE CONEXÃO:</i>	<i>8</i>
6.2 <i>RESPONSABILIDADE PELA CONSTRUÇÃO DOS ATIVOS DE CONEXÃO:.....</i>	<i>8</i>
6.3 <i>RESPONSABILIDADE PELA PROPRIEDADE DOS ATIVOS DE MEDIÇÃO:.....</i>	<i>8</i>
6.4 <i>RESPONSABILIDADE PELA PROPRIEDADE DOS ATIVOS DE CONEXÃO:</i>	<i>8</i>
7. CONCLUSÃO.....	9

1. INTRODUÇÃO

A empresa Porto Guará (acessante) apresentou uma consulta de acesso ao sistema elétrico da COPEL Distribuição (acessada) em alta tensão. A unidade consumidora (UC) a ser constituída se localiza na cidade de PARANAGUÁ – PR.

Na elaboração desta Informação de Acesso foram considerados aspectos técnicos, comerciais e regulatórios, tendo como principais referências todos os estudos provenientes do ATD000475/19-AT-A-LES-PGA.

Os critérios para análise da alternativa se pautaram na estrita verificação da capacidade técnica do atendimento quando à confiabilidade, qualidade e nos menores custos globais de investimento.

2. INFORMAÇÕES

2.1. DA UNIDADE CONSUMIDORA

- Número: UC a ser constituída
- Município: Paranaguá – PR
- Cordenadas UTM (X,Y): 744736,7174737

- Tensão de conexão atual: ---
- Tensão de conexão futura: 138 kV

- Distância aproximada da S/E Posto Fiscal 230 kV: 3,1 km

- Demandas pretendidas (ponta e fora de ponta):
 - jul.2022: 3.500 kW
 - jul.2023: 5.000 kW
 - jul.2024: 7.000 kW
 - jul.2025: 11.000 kW
 - jul.2027: 13.000 kW
 - jul.2030: 15.000 kW
 - jul.2032: 20.000 kW

2.2. DO SOLICITANTE

Charles Gelatti

Av. Iguaçu, 2.820, sl. 504
80240-031 Curitiba – PR

charles.gelatti@portoguara.com.br

2.3. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA

A unidade consumidora se localizará, aproximadamente, conforme apresentado na Figura 1:

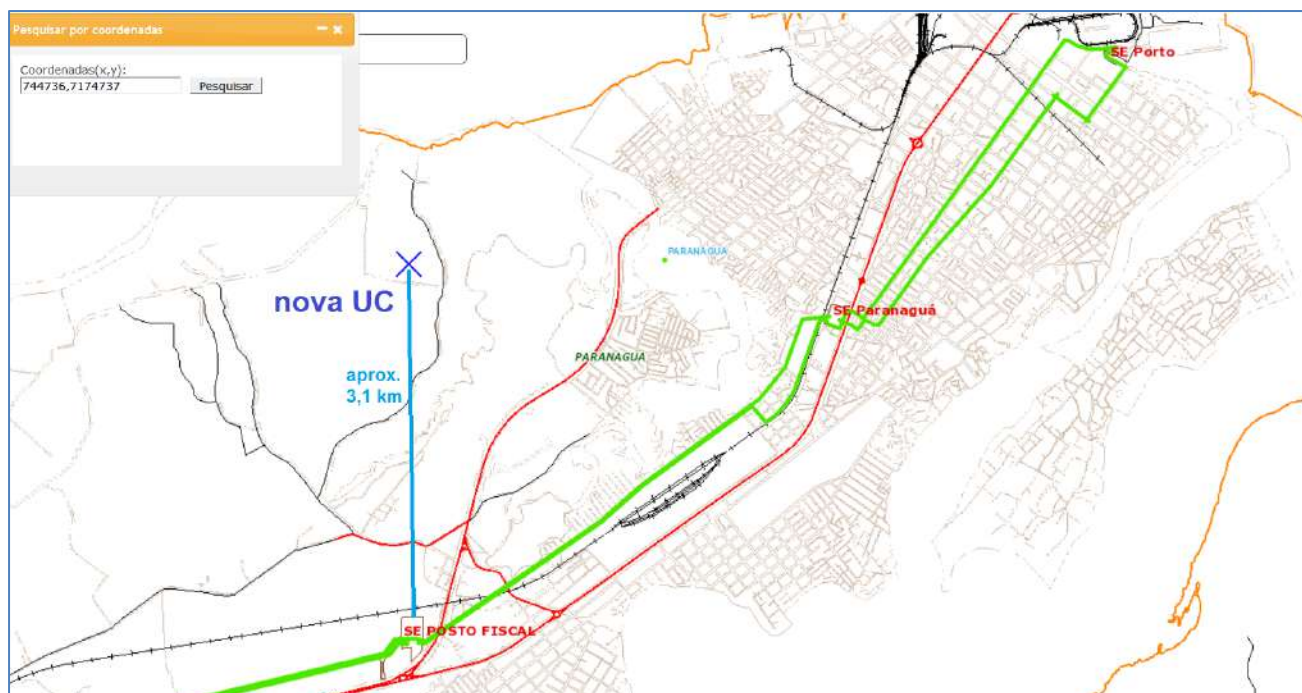


Figura 1: Localização da UC em relação ao sistema elétrico de alta tensão da Copel Distribuição.

3. ALTERNATIVAS ANALISADAS

A alternativa de atendimento deve obedecer ao critério de menor custo global de conexão.

A conexão do empreendimento ao sistema de distribuição de alta tensão da Copel se fará por linha de transmissão exclusiva (expressa) ou por seccionamento de uma linha de distribuição. A conexão através de ramal/derivação, mesmo que apresente menor custo, acarreta em limitações operacionais e de qualidade, e não será considerada como alternativa possível. Justifica-se essa posição pelo fato das ligações existentes em ramais terem imposto crescentes dificuldades de operação do sistema, com manutenções programadas cada vez mais difíceis por dependerem de desligamentos condensados com demais acessantes também ligados em ramal/derivação, e por serem fontes potenciais de defeitos de difícil localização, degradando a qualidade de fornecimento de energia. Além disso, criam problemas para implementação e ajuste dos esquemas de proteção.

Apesar do sistema de distribuição de alta tensão (tensão igual ou superior a 69 kV e inferior a 230 kV) também estar sujeito a perturbações decorrentes de faltas ocorridas na rede em 34,5 kV da região, notadamente apresenta maior confiabilidade em relação ao de média tensão.

Na presente avaliação, foram efetuadas análises para os anos de 2022 a 2030, utilizando-se o caso base de referência da EPE ciclo 2021-2030 para as cargas leve, média e pesada. Nestes casos, são contemplados os intercâmbios regionais de energia elétrica característicos do sistema interligado nacional, a saber: intercâmbio Sul-Sudeste maximizado e intercâmbio Sudeste-Sul maximizado.

A análise de integração da unidade consumidora contemplou simulações computacionais de fluxo de potência, analisando o comportamento do sistema elétrico em regime permanente, sob condições de

operação normal e em situações de emergência. Não foram registradas violações dos limites estabelecidos pela legislação vigente. Tais limites dizem respeito aos níveis de tensão nas barras e aos carregamentos das instalações (transformadores e linhas de transmissão/distribuição). Observa-se que a ausência de violações está condicionada à conclusão das obras estruturantes na região, dentro do prazo estudado.

Com base em estudos realizados, a opção viável de conexão da unidade ao sistema de distribuição da COPEL em 138 kV é a seguinte:

- Circuito expresso em 138 kV até a subestação Posto Fiscal 230 kV.

Obs: a alternativa analisada e os espaços disponíveis em subestações somente são garantidos após a emissão do Parecer de Acesso definitivo, com assinatura dos contratos comerciais e da carta acordo entre o acessante e a COPEL DIS. Podem ocorrer outros pedidos para verificação de espaço disponível na subestação.

3.1. CIRCUITO EXPRESSO EM 138 KV ATÉ A SUBESTAÇÃO POSTO FISCAL 230 KV

Para a conexão nesta alternativa, foram resumidas abaixo as obras necessárias de rede:

- Construção de uma Entrada de Linha em 138 kV – S/E Posto Fiscal 230 kV;
- Construção de 3,1 km de linha de distribuição em alta tensão (138 kV), circuito simples, cabo 397,5 MCM, concreto.

3.1.1. ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS ATIVOS DE CONEXÃO

Custos referentes a materiais, equipamentos e mão-de-obra	
Entrada de Linha 138 kV na S/E Posto Fiscal 230 kV	
Materiais, Equipamentos e Mão-de-Obra	R\$ 2.078.453,76
3,1 km de linha em 138 kV, circuito simples, cabo 397,5 MCM, concreto	
Materiais, Equipamentos e Mão-de-Obra	R\$ 1.748.960,42
Total (sem Perdas)	R\$ 3.827.414,18

Observações:

- 1) Não foram considerados valores referente as instalações internas do acessante (não foram considerados valores da subestação rebaixadora do cliente), medição, proteções e comunicações.
- 2) Os custos são de referência e auxiliam apenas na definição da alternativa de menor custo global do sistema. O orçamento detalhado será possível somente após a aprovação dos projetos na Copel DIS e GET.

Uma vez efetuado o projeto de conexão, o consumidor deverá executar, com o acompanhamento da Copel, o comissionamento das instalações de conexão e proteção. O Interessado pode contratar uma empresa capacitada para realizar os procedimentos mencionados. Adicionalmente, destacamos a responsabilidade do acessante com relação à anotação de responsabilidade técnica (ART) junto ao CREA, assumindo integralmente os ajustes sugeridos.

Além disso, será necessário a instalação de sistema de medição/comunicação no ponto de conexão.

O projeto do sistema de medição deverá ser apresentado pelo consumidor, com acompanhamento e aprovação pela COPEL.

4. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

Considerando as informações de nível de tensão de conexão e demanda a ser contratada pela unidade consumidora, segundo a Resolução ANEEL nº 414/2010 esta é uma obra com participação financeira do consumidor (artigos 40 a 44 da Resolução ANEEL nº 414/2010).

A participação financeira do consumidor é a diferença positiva entre o custo da obra proporcionalizado e o Encargo de Responsabilidade da Distribuidora (ERD). O cálculo do ERD é definido pela ANEEL, que fornece a fórmula matemática a ser utilizada. O ERD varia em função da tensão de conexão, da tarifa na qual o consumidor é enquadrado e da demanda contratada.

De acordo com a Resolução ANEEL nº 414/2010, a distribuidora deve proporcionalizar individualmente todos os itens do orçamento da alternativa de menor custo, que impliquem reserva de capacidade no sistema, como condutores, transformadores de força/distribuição, reguladores de tensão, bancos de capacitores e reatores, entre outros, considerando a relação entre o MUSD (montante do uso do sistema de distribuição) a ser atendido ou acrescido e a demanda disponibilizada pelo item do orçamento.

Esta proporcionalização não se aplica a mão de obra, estruturas, postes, torres, bem como materiais, equipamentos, instalações e serviços não relacionados diretamente com a disponibilização de reserva de capacidade ao sistema.

O cálculo do encargo de responsabilidade da distribuidora (ERD) e do custo de proporcionalização é realizado levando-se em conta o acréscimo de demanda contratada nos primeiros 12 meses.

5. OBSERVAÇÕES

- Os prazos estimados para a execução das obras pela Copel são de no mínimo 36 meses. Como existe necessidade de atendimento com prazo determinado (2022), sugerimos que o acessante opte por executá-las.
- Os custos das obras são modulares e estimativos, com base em custos de referência da Copel. Servem apenas como referência de custo para a construção dos ativos de conexão. Para a construção efetiva do empreendimento deverá ser levantado o custo detalhado, com o respectivo projeto.
- Os equipamentos instalados na subestação do acessante e de uso exclusivo do mesmo (transformador, conexões, relés, disjuntores, etc.) e as obras necessárias na sua subestação serão de responsabilidade do próprio acessante.
- A disponibilidade da alternativa apresentada, somente será garantida após a confirmação oficial da execução do empreendimento e através da assinatura dos referidos contratos comerciais e da carta acordo.
- A conexão do acessante deverá estar em conformidade com as normas e todos os requisitos técnicos da Copel, assumindo a responsabilidade por eventuais adequações necessárias na instalação.
- O acessante deverá ser responsável pela proteção adequada e eficiente de toda a sua instalação, bem como de todos os seus equipamentos, de tal forma que faltas, falhas, distúrbios e religamentos automáticos no sistema Copel não causem danos aos seus equipamentos.
- Todos os equipamentos de proteção, bem como as lógicas de intertravamento implementadas no lado da Copel e no lado da unidade consumidora deverão ser testadas com o acompanhamento da Copel, observando as normas e os requisitos técnicos da Copel em vigor.

- Devido à natureza de algumas cargas, poderá ser necessária a realização de estudos complementares ao presente parecer de acesso (curto-circuito, estabilidade eletromecânica, partida de motores e transitórios eletromagnéticos), vislumbrando averiguar a necessidade de reforços no sistema de distribuição da COPEL decorrentes da energização de suas instalações. Caso o acessante opte por realizar a obra de conexão, tais estudos deverão ser apresentados à Copel.
- Eventuais equipamentos adicionais de conexão, proteção, automação e comunicação no sistema da Copel podem não ter sido considerados, pois tal detalhamento somente poderá ser obtido quando da efetiva implantação da conexão.
- A Copel não aceita a utilização de equipamentos reconicionados.
- Deverá ser contratada uma empresa especializada para execução dos projetos de coordenação e seletividade da proteção das instalações internas, com ART devidamente assinada pelo responsável técnico, e apresentá-los à Copel para aprovação.
- Os equipamentos principais de proteção da linha de distribuição deverão ser inspecionados em fábrica com o acompanhamento da Copel. Os custos referentes à inspeção serão de responsabilidade do acessante.
- Caso o acessante venha a executar a obra, é de sua inteira responsabilidade: levantamentos dos obstáculos em campo por ocasião da construção da linha de conexão, processos fundiários, toda e qualquer aprovação de licenças ambientais (IAP, IPHAN e FUNAI), obter todas as autorizações com órgãos públicos ou privados pertinentes a obra, além do planejamento, elaboração dos projetos e aquisição e solicitação das aprovações de materiais/equipamentos, ou seja, possui a responsabilidade na execução da obra.
- Decidindo pela implantação do empreendimento, o acessante deverá:
 - ✓ Formalizar junto à Copel a Solicitação de Acesso;
 - ✓ Confirmar os montantes de potência a ser consumido, a sazonalidade de operação e o cronograma da obra previsto.
 - ✓ Assinar os contratos com a COPEL DIS em até 90 dias após a emissão do Parecer de Acesso.
 - ✓ Assinar a Carta Acordo com a COPEL antes do início das obras.
 - ✓ Assinar o Acordo Operativo.
 - ✓ Aprovar todos os projetos elétricos, civis, eletromecânicos, de proteção e de medição na Copel, antes do início da obra.
 - ✓ Aprovar na Copel o estudo de proteção, coordenação e seletividade dos sistemas de proteção envolvidos, 150 dias antes da entrada em operação.
 - ✓ Encaminhar para a Copel a LI e LP do IAP – Instituto Ambiental do Paraná antes do início da construção das Obras.
 - ✓ Encaminhar para a Copel a Licença de Operação do IAP – Instituto Ambiental do Paraná antes da entrada em operação da obra.
 - ✓ Encaminhar para a Copel as Licenças/liberações do IPHAN e FUNAI antes do início da construção da Obra.
 - ✓ O Acessante deverá manter a COPEL informada a respeito de todas as tramitações perante os órgãos ambientais estaduais e federais.
 - ✓ Realizar todo o processo de Decreto de Utilidade Pública – DUP e registros das servidões pertinentes.
 - ✓ Realizar processo / aprovação de travessias sobre rodovias junto ao órgão/concessionária responsável.
 - ✓ Elaborar os registros de servidão ou de desapropriação dos imóveis afetos pelo empreendimento em matrícula.

- ✓ Aprovar os projetos referentes à Subestação Rebaixadora do cliente antes da construção da mesma.
- ✓ Aprovar todos os materiais e equipamentos e solicitar inspeções de fábrica.
- ✓ Realizar a transferência dos ativos das instalações conforme legislação vigente.
- ✓ Seguir o compilado de normas, especificações e instruções técnicas a ser fornecido pela COPEL.
- Uma vez que a presente informação de acesso tem caráter de consulta, o seu conteúdo não implica em direitos ao acessante nem em obrigações da Copel. Ressaltamos que não está sendo garantida a futura demanda solicitada nesta Informação de Acesso.
- Os valores de referência utilizados são modulares da COPEL.
- Caso o acessante questione os valores ou mesmo a opção de conexão que resulta em menor custo global de conexão, o acessante poderá apresentar à Copel às razões da não concordância.
- Para a construção do empreendimento, deverá ser levantado o custo detalhado, com o respectivo projeto.

6. RESPONSABILIDADE PELOS ATIVOS DE CONEXÃO

De acordo com a legislação Resolução Normativa ANEEL 414/2010, e demais legislações aplicáveis, temos as seguintes responsabilidades:

6.1 RESPONSABILIDADE PELOS CUSTOS DOS ATIVOS DE CONEXÃO:

Serão assumidos pelo consumidor, deduzidos o Encargo de Responsabilidade da Distribuidora e a parcela referente à proporcionalidade entre a demanda a ser atendida e a demanda a ser oferecida pelas obras de extensão, conforme critérios da Resolução ANEEL 414/2010.

6.2 RESPONSABILIDADE PELA CONSTRUÇÃO DOS ATIVOS DE CONEXÃO:

A construção poderá ser executada pelo consumidor.

Como existe a necessidade de atendimento com prazo determinado (2022), recomendamos que as obras ocorram sob responsabilidade do acessante.

6.3 RESPONSABILIDADE PELA PROPRIEDADE DOS ATIVOS DE MEDIÇÃO:

Os equipamentos de medição serão fornecidos pela COPEL e serão de propriedade da concessionária, que ficará responsável pela operação e manutenção desses ativos. Caso o consumidor opte pelo mercado livre, deverá ressarcir a distribuidora pelo custo de aquisição e implantação do medidor de retaguarda e do sistema de comunicação de dados, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 376/2009.

6.4 RESPONSABILIDADE PELA PROPRIEDADE DOS ATIVOS DE CONEXÃO:

Serão de propriedade da COPEL, mesmo que a obra seja executada pelo consumidor, e deverão ser transferidos à COPEL. Todo o processo de transferência de ativos deverá ser finalizado antes da energização da subestação rebaixadora da unidade consumidora.

7. CONCLUSÃO

A alternativa de conexão apresentada, através de circuito expresso em 138 kV até a subestação Posto Fiscal 230 kV, atende a todos os critérios técnicos atuais estabelecidos pelo planejamento e expansão do sistema elétrico da Copel, sendo válida pelo período de 6 (seis) meses, a contar da data deste documento.

Curitiba, 31 de julho de 2019.

Todo e qualquer assunto sobre esta Informação de Acesso deverá ser tratado com:

Carlos E. Huf Baís – (41) 3310-5084 – carlos.bais@copel.com

Valério J. Novak – (41) 3310-5416 – valerio.novak@copel.com

COPEL Distribuição - VCGD: Divisão de Atendimento de Acessantes de Carga e Geração da Distribuição

COPEL km3

R. José Izidoro Biazetto, 158, bl.C sl.15

81200-240 CURITIBA - PR

Aprovado por:

André Luis Zeni

Gerente da Divisão de Acessantes de Carga e Geração da Distribuição

Recebido em ____/____/_____, pelo representante do consumidor.

Nome: _____

Assinatura: _____

Favor devolver uma das cópias assinadas para o endereço do remetente.



MARINHA DO BRASIL

CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ

Rua Benjamin Constant, 707 – Centro
CEP: 83203-190 – Paranaguá – PR
(41) 3721-1500 – cppr.secom@marinha.mil.br

Ofício nº 664 /CPPR-MB
22/991

Paranaguá, PR, 24 de julho de 2019.


A Sua Senhoria a Senhora
XENIA KARINA ARNT
Diretora da Porto Guará Infraestrutura SPE S/A
Av. Iguaçu, nº 2820, Água Verde
80240-031 – Curitiba – PR

Assunto: Parecer provisório para construção de Terminal Portuário

Senhora Diretora,

1. Em atenção ao seu requerimento de protocolo nº 421-006076/2018, que pede parecer para construção de terminal portuário, participo que a Autoridade Marítima, em relação à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, nada tem a opor à obra requerida. O presente parecer não implica em autorização ou aval à obra pretendida por não ser objeto da competência da Marinha do Brasil, nem exime o requerente do cumprimento de exigência de outros órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, prevista na legislação em vigor.
2. Outrossim, participo que para a emissão do parecer definitivo devem ser apresentados, conforme as subalíneas I e II, da alínea “h”, do item 0204 da NORMAM-11/DPC, os resultados de simulação em “fast time”, “real time” ou modelagem física, e de um plano de análise de riscos e das medias de controle desses riscos para a operação segura dos navios tipo.
3. Aproveito a oportunidade para apresentar os protestos da minha perfeita estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


ROGERIO ANTUNES MACHADO
Capitão de Mar e Guerra
Capitão dos Portos

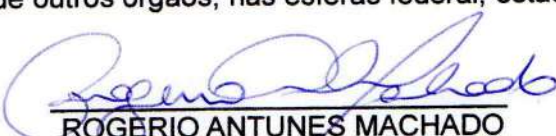
**REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE PARECER DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA
REALIZAÇÃO DE OBRAS EM AJB**

Sr. Capitão dos Portos/Delegado/Agente (conforme o caso)

MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ

Em 24 de julho de 2019

A Autoridade Marítima, em relação à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, nada tem a opor à obra requerida. O presente parecer não implica em autorização ou aval à obra pretendida por não ser objeto da competência da MB, nem exime o requerente do cumprimento de exigência de outros órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, prevista na legislação em vigor.


ROGÉRIO ANTUNES MACHADO
Capitão de Mar e Guerra
Capitão dos Portos

Eu PORTO GUARÁ INFRAESTRUTURA S/E/SA, 32.787.154/0001-61
(nome/empresa) (CPF/CNPJ)

Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ residente: AVENIDA

IGUAÇU, nº 2820 complemento: 4504, 5º ANDAR
(rua, avenida, etc)

Bairro: ÁGUA VERDE Cidade: CURITIBA UF PR

CEP: 80.240-031 Tel (41) 31553211 Celular (41) 992072501


e-mail: xenia.orn@portoguara.com.br Vem requer a Vossa Senhoria a emissão de Parecer para

realização da obra CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PORTUÁRIO
(descrever o tipo de obra pretendida)

de acordo com o item 205 da NORMAM-11/DPC.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 09 / 07 / 2019
(local) (dia) (mês) (ano)


(Assinatura do Requerente)

- Obs. 1 - As CP/DL/AG deverão postar no verso do presente requerimento todas as exigências que porventura tenham sido apontadas durante o processo e discriminar no espaço destinado ao despacho se o parecer é provisório ou definitivo;
- 2 - A emissão do Parecer final da Autoridade Marítima estará condicionada ao cumprimento das exigências por parte do interessado junto à CP/DL/AG de origem do processo da obra; e
- 3 - Deverá ser apensada ao presente requerimento toda a documentação exigida na presente norma afeta a obra pretendida.



Prefeitura Municipal de Paranaguá Secretaria Municipal de Urbanismo

Certidão de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

Nº 070/2021

Processo Nº 20533/2021

DETALHES DA CERTIDÃO

- Esta certidão tem caráter meramente informativa;
- Esta certidão não serve como licença e nem autorização para uso e ocupação;
- Esta certidão não exige o requerente de obter as demais anuências municipais, estaduais e/ou federais exigidas;
- Esta certidão somente tem validade para fins de licenciamento ambiental perante o órgão ambiental Estadual e Federal, se acompanhado do Termo de Anuência Prévia Municipal – TAP emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

DADOS DO EMPREENDIMENTO

Empreendedor: Roberta del Valle Borin

CNPJ/CPF: 057.356.729-83

Empreendimento: Roberta del Valle Borin

Atividade: Extração de Mineral

1. Endereço: Estrada da Fazenda Areia Branca.

Bairro: Embocuí

CEP: 83.200-001

Telefone: (41) 99946-1343

TEOR DA CERTIDÃO DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

De acordo com a Lei Complementar nº 62, de 2007, o imóvel o imóvel cadastrado sob a inscrição rural 171522, objeto da Matrícula 58.587, 58.588, 55.589, 58.590, 58.591, está localizado na ZIEP (Zona de Interesse para Expansão Portuária). As atividades de **Extração Mineral**, devido sua natureza classifica-se como **Uso Extrativista**; Quanto a adequação ao zoneamento, uso e ocupação do solo o empreendimento **NÃO** se enquadra nos usos Permitidos e nem Permissíveis.

Nada mais tendo sido requerido é o que me cumpre certificar do que me reporto e dou fé, Eu, Feris Eduardo Boabaid, digitei a presente certidão, a qual vai assinada pelo Sr. Secretário Municipal de Urbanismo.

CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
Processo nº 20533/2021

Endereço: Estrada da Fazenda Areia Branca.

Zoneamento municipal: ZIEP (Zona de Interesse para Expansão Portuária)

Bairro: Embocuí

CEP: 83.200-001

Cidade: Paranaguá

Estado: Paraná



Paranaguá, 28 de julho de 2021


KOITI CLAUDIO TAKIGUTI
Secretário Municipal de Urbanismo

OF. 699/2021

Paranaguá, 17 de agosto de 2021.

À

Porto Guará Infraestrutura SPE

Avenida Iguaçu, nº 2.820, sala 504, Água Verde, Curitiba/PR. CEP 80.240-031.

Sra. Xênia Karina Arnt

Direto – Gestão de Projetos

Ref.: Ofício nº 020/2021. Atestado de disponibilidade dos serviços de água e esgoto.

Sra. Diretora,

A **Paranaguá Saneamento S.A**, concessionária de serviço público municipal com sede em Paranaguá, na rua Vieira dos Santos, nº 333, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.691.945/0001-60, ora representada de acordo com o seu Estatuto Social, serve-se do presente para, respeitosamente, em atenção ao Ofício em epígrafe apresentar o que segue.

A concessionária informa o **DEFERIMENTO** do pedido de viabilidade para abastecimento de água e esgotamento sanitário do empreendimento Terminal Portuário de Uso Provado – TUP – Porto Guará, a ser implantado no município de Paranaguá, na região do Emboguaçu.

Importante frisar que, o deferimento da viabilidade de atendimento quanto aos serviços de esgoto diz respeito tão somente, ao esgoto de origem doméstica (despejo líquido resultante do uso de água para higiene e necessidades fisiológicas humanas), não incluído aqui, o esgoto gerado nos navios, ou de efluentes industriais.



Para efeito de planejamento e para que seja firmado um contrato de demanda, a concessionária solicita que, o início da fase de construção do empreendimento seja informado com pelo menos 120 (cento e vinte) dias de antecedência, oportunidade na qual o empreendedor deverá comunicar possíveis alterações nas demandas mensais informadas a partir do Ofício nº 20/2021, protocolado junto à Paranaguá Saneamento em 13/7/2021.

Sendo o que cumpria encaminhar, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,



Paranaguá Saneamento S.A.
João Roberto Rocha Moraes
Diretor geral

Parecer Técnico – 09/21 – Abril/2021

Processo Nº 1973/20210 1K7k

Referente: Ao processo 22197/2019 – Termo de Anuência Previa E 55159/2019 Anuência Municipal Supressão Vegetal – Em resposta ao Ofício SEMMA e 834 conforme descrição e anexos.

A – DESCRITIVO

a) O processo CAGEPAR Nº 338/2020 foi aberto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir do qual requer parecer a respeito do processo de Licenciamento ambiental do Empreendimento Porto Guará parcialmente inserido na Área de proteção de Manancial APM 36.

b) Transcrição da solicitação:

“Tendo em vista que para instalação do referido empreendimento, haverá necessidade de supressão de vegetação nativa, e que parte desta supressão atualmente é vedada em razão que a mesma exerce a função de proteção de mananciais, conforme previsto na alínea b do inciso I do artigo 11 da lei federal 11428/2006, em razão da delimitação da APM (Área de Proteção de Manancial) APM36 de acordo com o PBHL (Plano de Bacia Hidrográfica Litorânea), solicito análise técnica prévia da manifestação contida nos ofícios nºs 03/2021 e 08/2021, bem como dos estudos e das plantas apresentadas pelo requerente no que diz respeito às questões envolvendo o manancial para abastecimento público (Cavas do Embocuí).”

a) Conforme o Parecer CAGEPAR 08/20m, a delimitação da APM 36 foi idealizada sobrepondo-se o ponto de captação previsto (de acordo com informações da concessionária de abastecimento) ao mapa de Ottobacias do banco de dados hidrológicos (disponível no site do IAT) usado pela consultora do Plano de Bacia. Desta forma identifica-se que a delimitação da APM 36 é inadequada uma vez que

apresenta incerteza quanto a resolução espacial dos dados topográficos utilizados em sua delimitação.

- b) A área conhecida como “cavas do Embocuí”, foi local de atividade de mineração de areia, trata-se, portanto, de um passivo ambiental, que resultou na formação de lagos pela exposição do lençol freático local, uma vez que a areia foi extraída abaixo do nível do freático. Devido a sua extensão e seu longo perímetro de comunicação com o lençol freático do entorno foi determinado no estudo de Fornazzari (desenvolvido em 2011, sob encomenda da então CAB Águas de Paranaguá), que este sistema de lagos teria um potencial hídrico de 10.752m³/dia com qualidade da água interessante para abastecimento público.
- c) O sistema Cavas do Embocuí caracteriza-se como um recurso hídrico subterrâneo, sendo, inclusive, tratado como tal na Outorga Prévia, Portaria n° 2337/2019 – DPCA, dessa forma, a delimitação adequada da área de proteção deste recurso deve ser realizada a partir de estudo hidrogeológico.
- d) A partir do estudo hidrogeológico da Fornazzari Consultoria Geológica (2011) foi identificado conforme figuras 01 o fluxo predominante de recarga das cavas ocorre na região sul. Na figura 02 identifica-se que as cavas na condição estática apresentava maior potenciométrica que o entorno e contribuía para leste, em direção do empreendimento em questão. Na condição de exploração figura 03 as cavas equilibravam índices potenciométricos com o entorno, e aumentava o gradiente em relação a região sul indicando uma maior velocidade desta componente. Sendo assim o estudo de Fornazzari (2011), já apontavam que as cavas não recebem contribuição significativa da direção leste onde será instalado o empreendimento.

B – CONCLUSÕES

- a) O ofício 03/2021 (resposta do Porto Guará aos ofícios SEMMA 833/2020 e 834/2020) apresenta proposições satisfatórias quanto às recomendações levantadas pelo PT CAGEPAR 06/2020. A problemática (pelos motivos já citados no parecer) do uso do polígono da APM 36, também foi abordada no ofício. E

conforme o ofício, os estudos propostos resultarão em uma melhor definição de área de proteção para a área das cavas.

b) No ofício nº8 – 2021, a empresa Porto Guara Infraestrutura SPE S/A, apresentou informações complementares, com mapa potenciométrico local elaborado a partir de uma rede de 31 pontos de amostragem de água subterrânea. Os resultados indicam a presença de um divisor de águas subterrâneas junto aos limites do empreendimento indicando que a probabilidade de contribuição desta área para as cavas é baixa.

c) As novas informações corroboram o que já foi mencionado no parecer CAGEPAR 06/2020:

“Mas, a princípio, a delimitação da Zona Urbanizada de Interesse Especial Dois (ZUIE – 2), com as restrições de uso identificadas no artigo 56 da lei Complementar 062/2007 atenderia ao objetivo da proteção do manancial das cavas. Junte-se a isso, a consideração da Área de Proteção Permanente (Figura 2), conforme artigo 194, inciso II, da Lei Complementar 95/2008.”

d) A partir das informações apresentadas identifica-se que não há impedimentos técnicos para intervenções na área do empreendimento uma vez que o mesmo atende a legislação municipal. Quanto a APM36 é uma diretriz do plano de bacias e não tem peso de lei e deverá ser revista a partir de proposta de área de proteção a ser indicada pelo Município de Paranaguá realizada a partir da compilação dos estudos hidrogeológicos realizados no local.

Paranaguá, 12 de Abril de 2021.

Maurício D' Agostini Silva
Eng. Ambiental CREA RS 147440-84

ANEXO

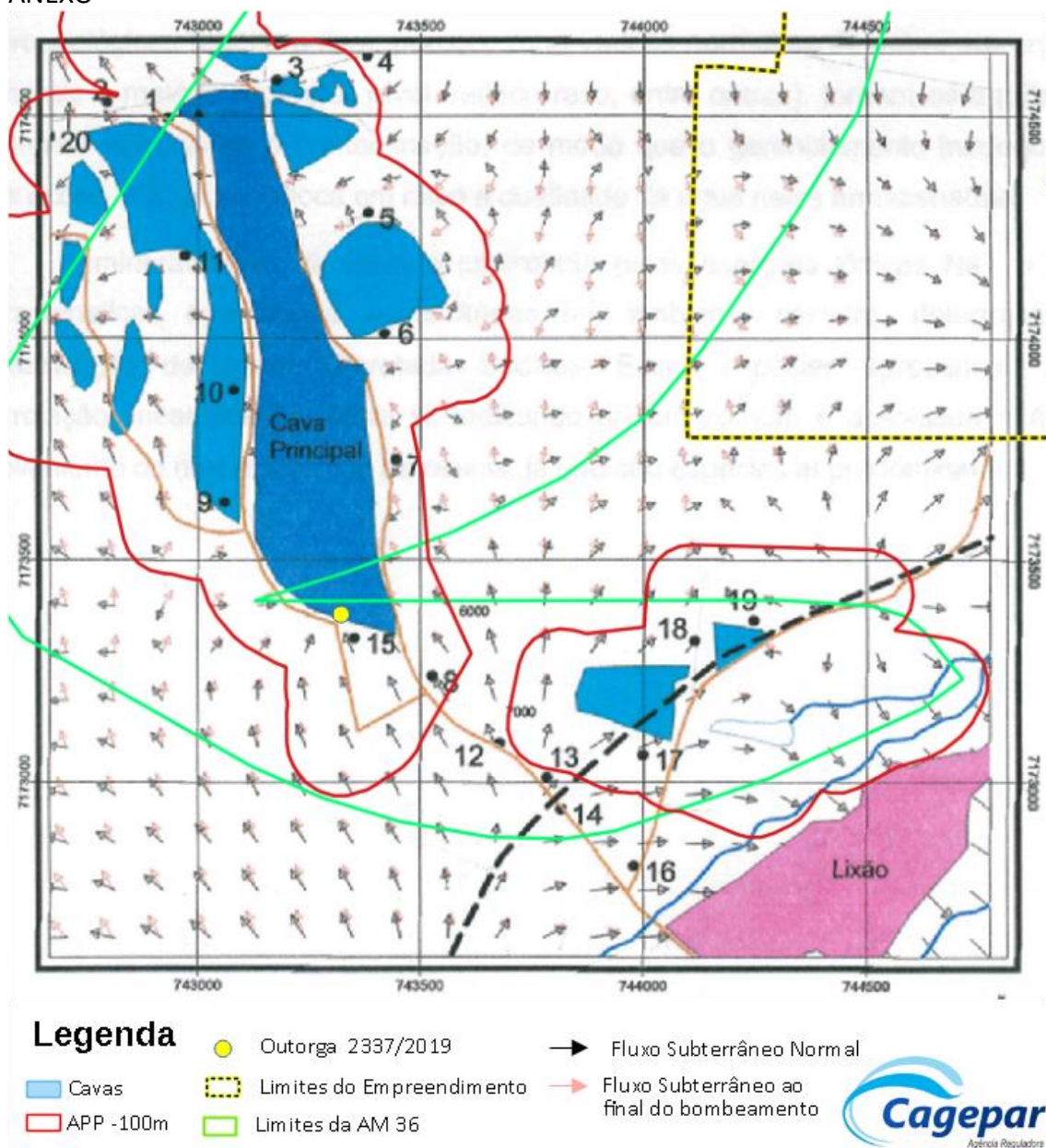


Figura 1: Sobreposição da localização do empreendimento sobre o mapa de direções do escoamento subterrâneo no entorno das cavas (Fornazzari, 2011).

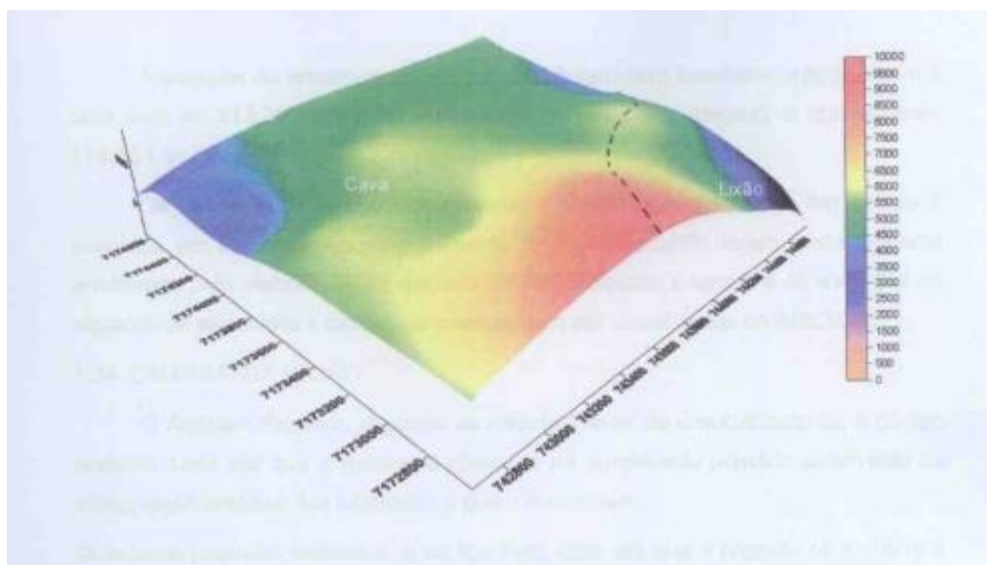


Figura 2: Distribuição potenciométrica do aquífero antes do teste de bombeamento. (Fornazzari, 2011).

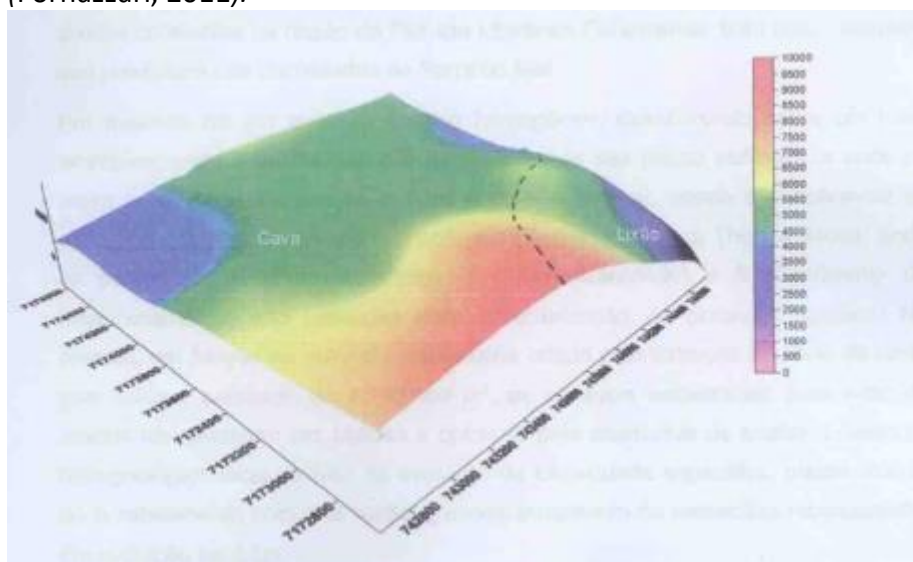


Figura 3: Distribuição potenciométrica do aquífero durante o teste de bombeamento. (Fornazzari, 2011).

Ministério da Infraestrutura

**SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS**

EXTRATO DE ADESÃO

Processo nº 50000.071854/2019-67. Extrato do Contrato de Adesão nº 6/2022 - MINFRA, que entre si celebraram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, CNPJ nº 37.115.342/0001-67, e a empresa Porto Guarã Infraestrutura SPE S/A, CNPJ nº 32.787.154/0001-61, com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ nº 04.903.587/0001-08. Do Objeto: autorização, pelo PODER CONCEDENTE, para exploração, pela AUTORIZATÁRIA, de instalação portuária denominada Porto Guarã, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, inscrita no CNPJ sob o nº 32.787.154/0001-61, localizada na Estrada Fazenda Areia Branca, s/n, Embocação Grande - Paranaguá/PR (CEP 83.200-000), para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel líquido e gasoso e granel sólido destinado(s) ou proveniente(s) de transporte aquaviário. Data da última assinatura: 23 de junho de 2022. Da vigência: este instrumento entra em vigor na data de sua última assinatura, assim permanecendo enquanto vigorar o Contrato. Assinam: pelo Ministério da Infraestrutura, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, MÁRIO POVIA; pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, o Diretor-Geral, EDUARDO NERY MACHADO FILHO; e pela empresa Porto Guarã Infraestrutura SPE S/A, a Diretora, XÊNIA KARINA ARNT.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

OY18841, 683-12; IDEMITSU LUBE SOUTH AMERICA LTDA., 11.323.786/0005-28, EPSMA00257932020, 07/10/2020, LPX2845, 683-11; IGOR RAIAN DE OLIVEIRA CARDOSO, 35.033.886/0001-54, EPSMA00258262020, 07/10/2020, HJA7299, 683-12; HSBN TRANSPORTE E DISTRIBUIDORA LTDA, 29.149.470/0001-01, EPSMA00268412020, 09/10/2020, KPH5477, 683-12; GUSTAVO RIGONI TRANSPORTES, 17.302.880/0001-53, EPSE400037032020, 22/10/2020, DHK1892, 683-11; EPSMA00348162020, 29/11/2020, AZM8754, 683-13; HALLIBURTON PRODUTOS LTDA., 16.328.932/0002-89, EPSMA00285072020, 17/10/2020, AWX3894, 683-12; EPSMA00353892020, 18/11/2020, LMM3789, 683-12; IGUACU EXPRESS LTDA, 18.377.165/0002-23, EPSMA00238622020, 12/09/2020, PPR6D99, 683-12; HAVITA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, 11.861.307/0001-01, EPSMA00260242020, 09/10/2020, KVP7179, 683-13; HARDSTONE BRAZILIAN GRANITE COMERCIO DE GRANITOS EIRELI, 08.652.014/0002-82, EPSF200041412020, 26/11/2020, BWB5686, 683-12; ICEPOL - INDUSTRIA CERAMICA POLLA EIRELI, 07.842.730/0001-89, EPSE400042392020, 19/11/2020, MKY0440, 683-12; IC TRANSPORTES LTDA., 49.871.213/0002-69, EPSMA00342002020, 24/11/2020, ODK0119, 683-12; EPSMA00376402020, 25/11/2020, GHA6847, 683-12; ICTSI RIO BRASIL TERMINAL 1 S.A., 02.373.517/0002-32, EPSMA00350132020, 30/11/2020, KZH8115, 683-13; H. JERONIMO DOS SANTOS SOUZA EIRELI, 05.775.280/0001-23, EPSF200034382020, 12/11/2020, MTG1170, 683-12.

ANDRÉ LUÍS BUSS

Gerente de Processamento de Autos de Infração e Apoio à Jari

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO ANTT/SUDEG/GPAC
Nº 300/2022/WEB/EXCESSO DE PESO/CMT**